

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	42
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	43
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	45
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,07929
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,07929
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,07929
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Dividendo		Ordinária		0,01978
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,01978
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,01978

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.182.683	1.206.964
1.01	Ativo Circulante	51.046	64.528
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.476	23.590
1.01.03	Contas a Receber	14.365	16.923
1.01.03.01	Clientes	1.683	1.303
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.682	15.620
1.01.03.02.01	Rendas a receber	12.682	15.620
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.120	17.805
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.120	17.805
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.085	6.210
1.01.08.03	Outros	7.085	6.210
1.01.08.03.02	Prêmio de risco - GSF	48	48
1.01.08.03.03	Outros créditos	7.037	6.162
1.02	Ativo Não Circulante	1.131.637	1.142.436
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.510	1.300
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.510	1.300
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	948	713
1.02.01.09.04	Prêmio de risco - GSF	479	491
1.02.01.09.05	Outros créditos	83	96
1.02.03	Imobilizado	1.116.219	1.126.517
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.079.190	1.090.471
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	37.029	36.046
1.02.04	Intangível	13.908	14.619
1.02.04.01	Intangíveis	13.908	14.619
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	13.181	13.861
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	349	387
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	378	371

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.182.683	1.206.964
2.01	Passivo Circulante	110.703	133.032
2.01.02	Fornecedores	2.556	2.846
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.556	2.846
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.170	75.976
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.150	75.933
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.700	67.333
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.450	8.600
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4	37
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	16	6
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	45.303	8.488
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.303	8.488
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.303	8.488
2.01.05	Outras Obrigações	48.556	39.636
2.01.05.02	Outros	48.556	39.636
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	40.500	32.541
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	4.588	4.574
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	3.468	2.521
2.01.06	Provisões	6.118	6.086
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23	23
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	23	23
2.01.06.02	Outras Provisões	6.095	6.063
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.095	6.063
2.02	Passivo Não Circulante	182.983	184.276
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	85.877	85.269
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	85.877	85.269
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	85.877	85.269
2.02.02	Outras Obrigações	44.964	43.886
2.02.02.02	Outros	44.964	43.886
2.02.02.02.05	Uso do bem público	43.155	43.023
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	1.809	863
2.02.03	Tributos Diferidos	37.278	37.438
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	37.278	37.438
2.02.04	Provisões	14.864	17.683
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.083	13.441
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	2.774
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	129	125
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	742	711
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.212	9.831
2.02.04.02	Outras Provisões	3.781	4.242
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.781	4.242
2.03	Patrimônio Líquido	888.997	889.656
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	62.392	70.351

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.04.01	Reserva Legal	47.030	47.030
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.444	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	10.403
2.03.04.10	Reserva de Investimento	12.918	12.918
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.300	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	373	373

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	36.405	44.240
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-17.201	-15.588
3.02.01	Custo com energia elétrica	-389	-454
3.02.02	Custo de operação	-16.812	-15.134
3.03	Resultado Bruto	19.204	28.652
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.527	-3.158
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.332	-3.158
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.805	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.677	25.494
3.06	Resultado Financeiro	-5.059	-18.315
3.06.01	Receitas Financeiras	1.252	1.192
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.311	-19.507
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.618	7.179
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.318	-7.872
3.08.01	Corrente	-5.489	-8.611
3.08.02	Diferido	171	739
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.300	-693
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.300	-693
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00000	-0,00823
3.99.01.02	PNR	0,01010	-0,00823
3.99.01.03	PNA	0,03669	0,03669
3.99.01.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,03669	0,03669
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00000	-0,00823
3.99.02.02	PNR	0,01010	-0,00823
3.99.02.03	PNA	0,03669	0,03669
3.99.02.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,03669	0,03669

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	7.300	-693
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.300	-693

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-35.504	35.770
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	28.638	38.660
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.618	7.179
6.01.01.04	Tributos diferidos	11	0
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	12.182	12.072
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	321	96
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	2.868	14.721
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.329	1.061
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-2.389	379
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	220	277
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	1.789	1.739
6.01.01.18	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-126	1.163
6.01.01.19	Amortização do prêmio de risco - GSF	12	12
6.01.01.20	Outros	-197	-39
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-64.142	-2.890
6.01.02.01	Concessionárias	-380	-238
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-183	-199
6.01.02.03	Rendas a receber	2.938	9.445
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-862	-922
6.01.02.08	Fornecedores	-290	-191
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-7.032	-6.808
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	0	69
6.01.02.13	Provisões	-800	-985
6.01.02.14	Uso do bem público	-1.183	-1.163
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	1.886	-48
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-58.236	-1.850
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.376	-2.260
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-1.376	-2.260
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	32.766	0
6.03.01	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-6.667	0
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	39.676	0
6.03.04	Pagamentos de encargos de dívidas	-243	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.114	33.510
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	23.590	25.712
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.476	59.222

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	70.351	0	373	889.656
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	70.351	0	373	889.656
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-7.959	0	0	-7.959
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-7.959	0	0	-7.959
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	7.300	0	7.300
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	7.300	0	7.300
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	62.392	7.300	373	888.997

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	189.026	0	331	1.008.289
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-83.523	0	-83.523
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	189.026	-83.523	331	924.766
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-693	0	-693
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-693	0	-693
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	189.026	-84.216	331	924.073

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	41.731	51.129
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	40.204	48.824
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.527	2.305
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.215	-5.760
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	18	-58
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.044	-4.798
7.02.04	Outros	-189	-904
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-447	-443
7.02.04.02	Outros custos operacionais	258	-461
7.03	Valor Adicionado Bruto	37.516	45.369
7.04	Retenções	-12.215	-12.101
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.215	-12.101
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	25.301	33.268
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.301	1.250
7.06.02	Receitas Financeiras	1.301	1.250
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	26.602	34.518
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	26.602	34.518
7.08.01	Pessoal	3.181	2.672
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.559	2.185
7.08.01.02	Benefícios	455	430
7.08.01.03	F.G.T.S.	167	57
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.735	12.932
7.08.02.01	Federais	9.464	12.868
7.08.02.02	Estaduais	238	40
7.08.02.03	Municipais	33	24
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.386	19.607
7.08.03.01	Juros	6.311	19.507
7.08.03.02	Aluguéis	75	100
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.300	-693
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.300	-693

Comentário do Desempenho



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2018(*)

(*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.625 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		1T18	1T17	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.182.683	1.260.162	-6,1%
Patrimônio líquido	R\$ mil	888.997	1.013.875	-12,3%
Dívida líquida	R\$ mil	111.704	52.180	114,1%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	Veze	0,13	0,05	144,1%
Dívida líquida/ EBITDA (3 meses)	Veze	0,81	0,23	247,4%

RESULTADOS	Unidade	1º Trimestre		Var. %
		1T18	1T17	
Receita Líquida	R\$ mil	36.405	44.240	-17,7%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	-18.339	-18.292	0,3%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	-389	-454	-14,3%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	17.677	25.494	-30,7%
EBITDA	R\$ mil	29.859	37.566	-20,5%
Resultado financeiro	R\$ mil	-5.059	-18.315	-72,4%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	12.618	7.179	75,8%
Lucro líquido	R\$ mil	7.300	-693	5.388,7%
* inclui depreciação e amortização				
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	82,0%	84,9%	-2,9%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	20,1%	-1,6%	21,6%

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

No 1T18, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 1.324 GWh, 49,7% maior que os 884 GWh gerados no 1T17 devido ao aumento da afluência (vazão) do Rio Tocantins.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	1T18	1T17	var. %
		Reapresentado	
Receita operacional bruta	40.204	48.824	-17,7%
(-) Deduções à receita operacional	-3.799	-4.584	-17,1%
(=) Receita operacional líquida	36.405	44.240	-17,7%
Gastos não gerenciáveis	-389	-454	-14,3%
Energia elétrica comprada para revenda	18	-52	-134,6%
Encargos de uso da rede elétrica	-406	-402	1,0%
Outros gastos não gerenciáveis	-1	0	0,0%
Margem bruta	36.016	43.786	-17,7%
Gastos gerenciáveis	-6.157	-6.220	-1,0%
Pessoal	-3.489	-3.029	15,2%
Materiais e serviços de terceiros	-2.605	-2.609	-0,2%
Arrendamentos e aluguéis	-72	-97	-25,8%
Provisões e contingências	1.805	0	0,0%
Outros gastos gerenciáveis	-1.796	-485	270,3%
EBITDA	29.859	37.566	-20,5%
Depreciação e amortização	-12.182	-12.072	0,9%
Resultado financeiro	-5.059	-18.315	-72,4%
Imposto de renda e contribuição social	-5.318	-7.872	-32,4%
Lucro líquido	7.300	-693	5.388,7%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 36,4 milhões no 1T18, queda de 17,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda de R\$ 7,8 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 0,389 milhões no primeiro do ano, 14,3% menor que os R\$ 0,454 milhões do primeiro trimestre do ano anterior.

Comentário do Desempenho



Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 6,2 milhões no primeiro trimestre de 2018, queda de 1,0% em relação ao primeiro trimestre de 2017, sendo R\$ 1,8 milhões referente a reversão de duas contingências tributárias e R\$0,2 de diferencial de alíquota.

No primeiro trimestre de 2018 o **EBITDA** alcançou R\$ 29,9 milhões, valor 20,5% inferior ao alcançado no 1T17, devido à menor receita de arrendamento do período.

O **Resultado Financeiro** líquido no 1T18 foi positivo em R\$ 13,3 milhões, 72,4% inferior ao 1T17, devido a pagamento de dividendo adicional proposto no 1T17, contabilizadas como encargos de dívidas.

No 1T18, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 7,3 milhões, 5.388,7% aumento frente ao mesmo período do ano anterior, em função do ajuste das ações preferenciais.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	1T18	4T17	var. %	1T17	var. %
(+) Dívida bruta	131.180	93.757	39,9%	111.402	17,8%
(-) Disponibilidades	-19.476	-23.590	-17,4%	-59.222	-67,1%
(=) Dívida líquida	111.704	70.167	59,2%	52.180	114,1%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 131,2 milhões em 31 de março de 2018, composta principalmente pelo empréstimo, para capital de giro, R\$ 33,3 milhões (CDI 1,2 % a.a.).

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 19,5 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 111,7 milhões em 31 de março de 2018, acréscimo de 59,2% em relação ao 4º trimestre de 2017. Essa variação deve-se, em maior parte, pelo pagamento dos impostos sobre indedutibilidade de juros sobre capital próprio sobre as ações preferenciais, redução da geração de caixa e pelo novo empréstimo em moeda nacional com o Banco Itaú.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.476	23.590
Concessionárias		1.683	1.303
Rendas a receber	6	12.682	15.620
Impostos e contribuições sociais	7	10.120	17.805
Prêmio de risco - GSF		48	48
Outros créditos		7.037	6.162
Total do Ativo Circulante		51.046	64.528
Não circulante			
Depósitos vinculados	14	948	713
Prêmio de risco - GSF		479	491
Outros créditos		83	96
		1.510	1.300
Imobilizado	10	1.116.219	1.126.517
Intangível	11	13.908	14.619
		1.130.127	1.141.136
Total do Ativo Não circulante		1.131.637	1.142.436
TOTAL DO ATIVO		1.182.683	1.206.964
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores		2.556	2.846
Impostos e contribuições sociais	7	8.170	75.976
Dividendos	12	40.500	32.541
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	45.303	8.488
Benefícios pós-emprego		23	23
Uso do bem público		4.588	4.574
Provisões	14	6.095	6.063
Outras contas a pagar		3.468	2.521
Total do Passivo Circulante		110.703	133.032
Não circulante			
Tributos diferidos	8	37.278	37.438
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	85.877	85.269
Benefícios pós-emprego		742	711
Uso do bem público		43.155	43.023
Provisões	14	14.122	16.972
Outras contas a pagar		1.809	863
Total do Passivo Não circulante		182.983	184.276
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.1	804.459	804.459
Reservas de capital	15.2	14.473	14.473
Reservas de lucros	15.2	62.392	70.351
Outros resultados abrangentes		373	373
Lucros acumulados		7.300	
Total do Patrimônio líquido		888.997	889.656
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.182.683	1.206.964

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u> Reapresentado
Receitas	16	36.405	44.240
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	17		
Custo do serviço de energia elétrica		(389)	(454)
Custo de operação		(16.812)	(15.134)
		<u>(17.201)</u>	<u>(15.588)</u>
Lucro bruto		19.204	28.652
Despesas e Receitas operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(3.332)	(3.158)
Outras despesas e receitas operacionais		1.805	
		<u>(1.527)</u>	<u>(3.158)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		17.677	25.494
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		1.252	1.192
Despesas financeiras		(6.311)	(19.507)
		<u>(5.059)</u>	<u>(18.315)</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		12.618	7.179
Tributos sobre o lucro	19		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.489)	(8.611)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		171	739
		<u>(5.318)</u>	<u>(7.872)</u>
Resultado líquido do período		7.300	(693)
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	20		
ON			(0,00823)
PNR		0,01010	(0,00823)
PNA		0,03669	0,03669
PNB		0,03669	0,03669
PNC		0,03669	0,03669

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)



	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		Reapresentado
Resultado líquido do período	7.300	(693)
Resultado abrangente do período	<u>7.300</u>	<u>(693)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)

	Período de 3 meses findos em 31 de março				Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	804.459	14.473	189.026	331	-	1.008.289
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(83.523)	(83.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	804.459	14.473	189.026	331	(83.523)	924.766
Prejuízo do período					(693)	(693)
Saldos em 31 de março de 2017 (Reapresentado)	804.459	14.473	189.026	331	(84.216)	924.073
	Período de 3 meses findos em 31 de março				Lucros acumulados	Total
Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	804.459	14.473	70.351	373	-	889.656
Dividendo adicional aprovado - AGO de 18/04/2018			(7.959)			(7.959)
Lucro líquido do período			62.392	373	7.300	7.300
Saldos em 31 de março de 2018	804.459	14.473	62.392	373	7.300	888.997

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u> <u>Reapresentado</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		12.618	7.179
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Impostos diferidos		11	
Depreciações e amortizações		12.182	12.072
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		321	96
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		2.868	14.721
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		1.329	1.061
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(2.389)	379
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		220	277
Ajuste a valor presente - Empréstimos e financiamentos		1.789	1.739
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(126)	1.163
Amortização do prêmio de risco - GSF		12	12
Outros		(197)	(39)
		<u>28.638</u>	<u>38.660</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(380)	(238)
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(183)	(199)
Rendas a receber		2.938	9.445
Outros ativos operacionais		(862)	(922)
		<u>1.513</u>	<u>8.086</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(290)	(191)
Outros tributos e contribuições sociais		(7.032)	(6.808)
Benefícios pós-emprego			69
Provisões		(800)	(985)
Uso do bem público		(1.183)	(1.163)
Outros passivos operacionais		1.886	(48)
		<u>(7.419)</u>	<u>(9.126)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>22.732</u>	<u>37.620</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(58.236)	(1.850)
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais		<u>(35.504)</u>	<u>35.770</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(1.376)	(2.260)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		<u>(1.376)</u>	<u>(2.260)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos		39.676	
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(6.667)	
Pagamentos de encargos de dívidas		(243)	
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento	22.1	<u>32.766</u>	-
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(4.114)</u>	<u>33.510</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		19.476	59.222
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		23.590	25.712
		<u>(4.114)</u>	<u>33.510</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)



	2018	2017
		Reapresentado
Geração do valor adicionado	41.731	51.129
Receita operacional	40.204	48.824
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.527	2.305
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(4.215)	(5.760)
Custos da energia comprada	18	(58)
Encargos de uso da rede elétrica	(447)	(443)
Materiais	(758)	(2.391)
Serviços de terceiros	(3.286)	(2.407)
Outros custos operacionais	258	(461)
Valor adicionado bruto	37.516	45.369
Retenções		
Depreciações e amortizações	(12.215)	(12.101)
Valor adicionado líquido produzido	25.301	33.268
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.301	1.250
Valor adicionado total a distribuir	26.602	34.518
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	2.559	2.185
Benefícios	455	430
FGTS	167	57
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	9.464	12.868
Estaduais	238	40
Municipais	33	24
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	6.311	19.507
Aluguéis	75	100
	19.302	35.211
Lucro retido/ Prejuízo do período	7.300	(693)
	26.602	34.518

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma garantia física de 505,1 MWm.

Em 3 de maio de 2017 o Ministério de Minas e Energia - MME, por meio da Portaria nº 178, definiu o novo montante de garantia física da UHE Lajeado, passando a mesma dos antigos 526,6 MWm para os atuais 505,1 MWm, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de março de 2018, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$47.743 (R\$47.597 em 31 de dezembro de 2017). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 12 de abril de 2018.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2017, com exceção das novas normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme descrito na nota 2.7.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2017. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 27 de fevereiro de 2018.

Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da nota explicativa em 31/12/2017	Título da nota explicativa	Justificativa
6	Concessionárias	(a)
11	Prêmio de risco - GSF	(a)
12	Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo	(a)
15	Fornecedores	(a)
18	Benefício pós emprego	(a)
19	Uso do bem público - UBP	(a)
21.3.1	Ágio na emissão de ações	(a)
21.3.3	Reserva de investimento	(a)
21.4	Outros resultados abrangentes	(a)
27.1.2	Valor justo	(b)
27.1.2.1	Mensuração a valor justo	(b)
27.2.6	Gestão de capital	(a)
30	Cobertura de seguros	(a)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(a) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31 de março de 2018, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 21.1.1.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis intermediárias, nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.6); determinação da Receita com arrendamento (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 10 e 11); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 14.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Quando aplicável, os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

Para o período findo em 31 de março de 2018 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de alteração no saldo de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

2.7.1 CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Esta norma faz correlação à norma IFRS 15 e introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47 substituiu o CPC 30 (R1) – Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

O pronunciamento requer aplicação retrospectiva e permite um dos seguintes métodos: (i) retrospectivo a cada período anterior apresentado; ou (ii) retrospectivo com efeito cumulativo da aplicação inicial na data da adoção inicial. A Companhia optou por adotar o pronunciamento usando o método retrospectivo com efeito cumulativo, cujos os impactos derivativos da adoção sendo contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018. Para os contratos que começaram e concluíram no mesmo período de apresentação comparativa, bem como contratos que foram concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia realizou uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Após esta análise a Companhia concluiu, com base em seus critérios de reconhecimento e mensuração descritos na nota 16, que não houve impacto significativo na adoção deste pronunciamento.

Adicionalmente, a norma estabeleceu um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes, conforme descrito na nota 16.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



2.7.2 CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Esta norma faz correlação à norma IFRS 9 e substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39). O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (*impairment*) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma, todavia, a Companhia não identificou ajustes a serem realizados nas demonstrações financeiras do período comparativo.

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

• Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

O pronunciamento simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de classificação: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo das demonstrações financeiras.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Rendas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas (Outros créditos)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Em relação à classificação dos passivos financeiros, a Companhia não possui montantes mensurados ao VJR, portanto, não houve impacto nas informações contábeis intermediárias decorrentes da adoção da norma.

• Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Administração da Companhia decidiu pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando, quando aplicável, a uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na rubrica de Concessionárias. Para os demais ativos financeiros, a Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

• Contabilidade de *hedge* (*Hedge accounting*)

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a mesma aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

Em relação à contabilidade de *hedge*, as novas regras não impactaram a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 – 2016.

Em relação às revisões acima, destaca-se as alterações no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação que trata das divulgações relativas aos instrumentos financeiros. Com a edição do CPC 48 foram incluídos no CPC 40 extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

A Companhia realizou uma análise para identificar os novos requerimentos de divulgação e implementou as mesmas a partir destas informações contábeis intermediárias, destacando as divulgações na nota 21.

A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações nos demais pronunciamentos.

2.7.4 ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes da adoção deste pronunciamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



3 Reapresentação de períodos anteriores

Conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a retificação de erros requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com o período atual, como se estivessem corretos a partir do início do período mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos acumulados. O detalhamento das reapresentações do período estão demonstradas abaixo:

• Efeito da tributação sobre ações preferenciais

De acordo com o CPC 39, as Ações Preferenciais de classes "A", "B", e "C" são registradas como Empréstimos e financiamentos (Nota 13) e os juros e dividendos dessas respectivas ações devem ser reconhecidos como despesa financeira na Demonstração do Resultado.

A Lei nº 12.973/14, em seu artigo 9º, modificou o §3º do artigo 10º da Lei nº 9.249/95, estabelecendo que não são dedutíveis na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, os lucros e dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista no artigo 15º da Lei nº 6.404/76, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras anuais de 2017, a Companhia ajustou os impactos fiscais decorrentes da dedução indevida dos juros sobre as Ações Preferenciais nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL.

• Reclassificação para melhor apresentação

A Administração da Companhia, objetivando a melhor apresentação dos saldos contábeis, procedeu reclassificações na Demonstração do Resultado.

3.1 Demonstração do Resultado

	Período de 3 meses findo em 31 de março de 2017			
	Publicado	Efeito da tributação sobre ações preferenciais	Reclassificação para melhor apresentação	Reapresentado
Despesas e Receitas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(2.820)		(338)	(3.158)
Depreciações e amortizações	(338)		338	
	(3.158)	-	-	(3.158)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	25.494	-	-	25.494
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(18.233)	(1.274)		(19.507)
	(17.041)	(1.274)	-	(18.315)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	8.453	(1.274)	-	7.179
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.744	(5.005)		739
	(2.867)	(5.005)	-	(7.872)
Resultado líquido do período	5.586	(6.279)	-	(693)
Resultado por ação atribuível aos acionistas				
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)				
ON	-	(0,00823)		(0,00823)
PNR	0,00339	(0,01162)		(0,00823)
PNA	0,03669			0,03669
PNB	0,03669			0,03669
PNC	0,03669			0,03669

3.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

	Período de 3 meses findo em 31 de março de 2017		
	Publicado	Efeito da tributação sobre ações preferenciais	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	8.453	(1.274)	7.179
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(111)	1.274	1.163
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais	35.770	-	35.770
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(2.260)	-	(2.260)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	33.510	-	33.510

3.3 Demonstração do Valor Adicionado

	Período de 3 meses findo em 31 de março de 2017		
	Publicado	Efeito da tributação sobre ações preferenciais	Reapresentado
Valor adicionado total a distribuir	34.518	-	34.518
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	7.863	5.005	12.868
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	18.233	1.274	19.507
	28.932	6.279	35.211
Lucro retido/ Prejuízo do período	5.586	(6.279)	(693)
	34.518	-	34.518

3.4 Demonstração do Resultado Abrangente

	Período de 3 meses findo em 31 de março de 2017		
	Publicado	Efeito da tributação sobre ações preferenciais	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	5.586	(6.279)	(693)
Resultado abrangente do exercício	5.586	(6.279)	(693)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



3.5 Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Período de 3 meses findo em 31 de março de 2017		
	Lucros (Prejuízos) Acumulados		
	Publicado	Efeito da tributac�o sobre a�oes preferenciais	Reapresenta- do
Ajustes de exercícios anteriores		(83.523)	(83.523)
Lucro líquido do período	5.586	(6.279)	(693)
Saldos em 31 de março de 2017	5.586	(89.802)	(84.216)

4 Eventos significativos no período

4.1 Capta o de recursos

Durante o 1  trimestre de 2018 a Companhia obteve o seguinte recurso:

Fonte	Data da libera�o	Vencimento	Valor	Custo da d�vida	Finalidade
Cédula de Crédito Bancário	fev/18	ago/18	40.000	CDI + 1,20% a.a.	Capital de giro
			40.000		

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	185	593
Aplica�es financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	19.291	22.997
Total	19.476	23.590

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de varia o no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplica es financeiras possuem op o de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplica es financeiras estão remuneradas a taxas que variam de 90,00% a 96,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplica es financeiras   baseado nas cota es de mercado do papel ou informa es de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em considera o as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administra o, as aplica es são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avalia o de concentra o e exposi o de risco de crédito. Esta exposi o máxima ao risco também   medida em rela o ao Patrimônio Líquido da Institui o Financeira.

A exposi o da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

6 Rendas a receber

	31/03/2018	31/12/2017
Lajeado Energia	9.258	11.402
Paulista Lajeado	888	1.094
CEB Lajeado	2.536	3.124
Total	12.682	15.620

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), fra es ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participa es no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 9).

Este arrendamento   contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Opera es de Arrendamento Mercantil, pois a opera o da usina   de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar   Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condi es até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento   baseado na remunera o de 8,83% ao ano corrigido pelo  ndice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da deprecia o acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo   calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na proje o do ano seguinte.

A varia o no exercício da rubrica Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 16),   decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2017 ser menor que o IPCA projetado para o exercício, houve um decréscimo no IPCA para o exercício de 2017 refletido no CA; e (ii) redu o do IPCA projetado para o exercício de 2018 em rela o ao exercício anterior de 0,91 p.p..

7 Impostos e contribui es sociais

Ativo - Compensáveis	Saldo em 31/12/2017	Adi�o	Atualiza�o monetária	Adianta-mentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/03/2018
Imposto de renda e contribui�o social	16.939		126	2.882	(10.769)	9.178
ICMS	15					15
PIS e COFINS	-	107			(107)	-
IRRF sobre aplica�es financeiras	818	75				893
Outros	33	1				34
Total	17.805	183	126	2.882	(10.876)	10.120

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Saldo em 31/12/2017	Adição	Adianta- mentos / Pagamentos	Transferên- cia	Saldo em 31/03/2018
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	3	67.334	5.489	(55.354)	(10.769)	6.700
ICMS		37	91	(124)		4
PIS e COFINS		1.429	3.742	(3.849)	(107)	1.215
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		121	202	(272)		51
IRRF sobre juros s/ capital próprio	7.1	6.747		(6.747)		-
Encargos com pessoal		308		(108)		200
Total		75.976	9.524	(66.454)	(10.876)	8.170

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$6.747 era relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2017 e foi liquidado em janeiro de 2018.

8 Tributos diferidos

	Nota	Passivo Não Circulante	
		31/03/2018	31/12/2017
PIS e COFINS		11	-
Imposto de renda e contribuição social	8.1	37.267	37.438
Total		37.278	37.438

8.1 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e Contribuição social diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O Imposto de renda e a Contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	2018	2017
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego		68	57			11	182
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.291	3.103			(812)	129
Uso do bem público - CPC 25		16.233	16.183	3.249	3.304	105	21
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	8.1.1.1			47.967	47.964	(3)	592
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		192	192				(171)
Outras		3.362	2.626	8.197	8.331	870	(14)
Total bruto		22.146	22.161	59.413	59.599	171	739
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(22.146)	(22.161)	(22.146)	(22.161)		
Total		-	-	37.267	37.438		

8.1.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" conforme item 19 do CPC 39 (Nota 13).

8.2 Resultados tributáveis futuros

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2018	2019	2020	2021	2022	2023 a 2025	2026 a 2027	Total Não circulante
788	3.153	3.153	2.920	2.220	5.376	4.536	22.146

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais "R" (Nota 12) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 13), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
				Circulante	31/12/2017	Não circulante	31/12/2017	Operacionais	2018
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP São Paulo	Controle Comum	175.1	01/08/2002 a 15/12/2032	155	151	-	-	443	509
EDP São Paulo	Controle Comum	175.1	01/08/2005 a 15/12/2032	5	5	-	-	14	16
Uso do sistema de transmissão									
EDP São Paulo	Controle Comum	-	01/08/2005 a 15/12/2032	16	17	-	-	50	56
Rendas a receber (Nota 6)									
Arrendamento UHE Lajeado									
Lajeado	Controladora direta	-	-	176	173	-	-	507	581
CEB Lajeado	Acionista não controlador	-	15/01/1998 a 15/01/2033	9.258	11.402	-	-	27.774	34.207
Paulista Lajeado	Acionista não controlador	-	-	2.536	3.124	-	-	7.609	9.372
				888	1.094	-	-	2.664	3.280
				12.682	15.620	-	-	38.047	46.859
Outros créditos e Outras contas a pagar									
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	01/07/2012 até 31/12/2017	-	-	4	-	-	398
Compartilhamento dos serviços de Infraestrutura (b)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	01/01/2015 a 31/12/2018	-	-	54	20	(76)	(77)
Contrato de prestação de serviços (c)									
EDP FCH	Controle Comum	-	01/01/2017 a 31/12/2017	-	-	1.055	842	(213)	-
Compartilhamento de infraestrutura associada (d)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	01/01/2018 a 31/12/2019	-	-	700	862	(700)	321
				-	-	1.809	862	(989)	-
				12.658	15.793	4	862	37.565	47.761

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 23.2). As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura. As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2017, a EDP - Energias do Brasil, controladora indireta da Companhia, é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.278, publicado em 23 de dezembro de 2016, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém.

O novo contrato tem data de vigência a partir de 1º de janeiro de 2017, com prazo de vigência de 12 meses, e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

Considerando a proximidade do fim da vigência do contrato supracitado, em 22 de novembro de 2017 foi protocolado pedido de anuência prévia junto à ANEEL para o novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos a ser pactuado entre as mesmas partes relacionadas já participante e incluindo as partes relacionadas ECE Participações e Cachoeira Caldeirão. Tal contrato possuirá vigência para os períodos de 2018 e 2019 e, atualmente, encontra-se em análise pela ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 e não necessita de ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, válida à época da celebração do contrato, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o contrato firmado entre a EDP - Energias do Brasil e a Companhia poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

c) Contrato de prestação de serviços: O instrumento tem por objetivo a contratação dos seguintes serviços: (i) suporte de engenharia da manutenção da UHE Lajeado; (ii) do gerenciamento do sistema elétrico, e de interface e representação entre a Companhia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; e (iii) suporte e questões relativas ao meio ambiente e regularização fundiária.

d) Contrato de Compartilhamento de infraestrutura associada: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, serviços de terceiros e outros gastos relacionados à estrutura administrativa das atividades de *backoffice* denominadas atividades transversais. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, cujo o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

Estas operações de compartilhamento ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro, sendo compensadas via notas de débito entre as partes.

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao período findo em 31 de março

	2018				2017			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	163	19	30	212	153	19	37	209
Benefícios de curto prazo (b)	7			7	3			3
Total	170	19	30	219	156	19	37	212

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



10.1 Composição do imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/03/2018			Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2017		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	694.963	(210.995)	483.968	2,00	694.745	(207.520)	487.225
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,30	333.683	(121.650)	212.033	2,26	333.683	(119.730)	213.953
Máquinas e equipamentos	3,07	416.365	(174.694)	241.671	3,07	416.365	(171.538)	244.827
Veículos	14,29	650	(477)	173	14,29	650	(466)	184
Móveis e utensílios	6,25	20	(6)	14	6,25	20	(5)	15
		<u>1.560.191</u>	<u>(507.822)</u>	<u>1.052.369</u>		<u>1.559.973</u>	<u>(499.259)</u>	<u>1.060.714</u>
Sistema de transmissão de conexão (Nota 10.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,31	8.328	(6.500)	1.828	3,31	8.328	(6.238)	2.090
Máquinas e equipamentos	3,18	73.603	(49.855)	23.748	3,18	73.603	(47.243)	26.360
		<u>81.931</u>	<u>(56.355)</u>	<u>25.576</u>		<u>81.931</u>	<u>(53.481)</u>	<u>28.450</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	11,26	1.224	(748)	476	11,26	1.224	(723)	501
Veículos	14,29	721	(375)	346	14,29	721	(349)	372
Móveis e utensílios	6,25	750	(327)	423	6,25	750	(316)	434
		<u>2.695</u>	<u>(1.450)</u>	<u>1.245</u>		<u>2.695</u>	<u>(1.388)</u>	<u>1.307</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.644.817</u>	<u>(565.627)</u>	<u>1.079.190</u>		<u>1.644.599</u>	<u>(554.128)</u>	<u>1.090.471</u>
Imobilizado em curso								
Geração		36.653		36.653		35.678		35.678
Administração		376		376		368		368
Total do imobilizado em curso		<u>37.029</u>	<u>-</u>	<u>37.029</u>		<u>36.046</u>	<u>-</u>	<u>36.046</u>
Total do imobilizado		<u>1.681.846</u>	<u>(565.627)</u>	<u>1.116.219</u>		<u>1.680.645</u>	<u>(554.128)</u>	<u>1.126.517</u>

10.1.1 Linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$25.576 (R\$28.450 em 31 de dezembro de 2017) relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que realizaria Leilão de Transmissão que previa a licitação destes ativos, dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº04/14 e nº 01/15 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/15-ANEEL o qual a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos. Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão sendo que a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações está prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa, e assim continuará até a efetiva transferência dos ativos em dezembro de 2019.

10.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido 31/12/2017	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/03/2018
Imobilizado em serviço								
Terrenos		114.510						114.510
Reservatórios, barragens e adutoras		487.225		216	(3.473)			483.968
Edificações, obras civis e benfeitorias		216.043			(2.182)			213.861
Máquinas e equipamentos		271.688			(5.793)			265.895
Veículos		556			(37)			519
Móveis e utensílios		449			(12)			437
Total do imobilizado em serviço		<u>1.090.471</u>	<u>-</u>	<u>216</u>	<u>(11.497)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.079.190</u>
Imobilizado em curso								
Reservatórios, barragens e adutoras		1.420	152	(216)			217	1.573
Edificações, obras civis e benfeitorias		80	219					299
Máquinas e equipamentos		10.075	1.127			(321)	(80)	10.801
Adiantamento a fornecedores		3.060					(112)	2.948
Depósitos Judiciais	14.1.1.1	16.387					(25)	16.387
Outros		5.024						5.021
Total do imobilizado em curso		<u>36.046</u>	<u>1.520</u>	<u>(216)</u>	<u>-</u>	<u>(321)</u>	<u>-</u>	<u>37.029</u>
Total do imobilizado		<u>1.126.517</u>	<u>1.520</u>	<u>-</u>	<u>(11.497)</u>	<u>(321)</u>	<u>-</u>	<u>1.116.219</u>

11 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**11.1 Composição do intangível**

	31/03/2018				31/12/2017			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	78	(56)	22	20,00	78	(52)	26
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,42	8.100	(4.496)	3.604	25,42	8.100	(3.982)	4.118
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(10.582)	9.555	3,22	20.137	(10.420)	9.717
		28.315	(15.134)	13.181		28.315	(14.454)	13.861
Sistema de transmissão de conexão (Nota 10.1.1)								
Servidão permanente	27,91	111	(57)	54	27,91	111	(49)	62
		111	(57)	54		111	(49)	62
Administração								
Software	20,00	1.973	(1.678)	295	20,00	1.973	(1.648)	325
		1.973	(1.678)	295		1.973	(1.648)	325
Total do intangível em serviço		30.399	(16.869)	13.530		30.399	(16.151)	14.248
Intangível em curso								
Geração		19		19		19		19
Administração		359		359		352		352
Total do intangível em curso		378	-	378		371	-	371
Total do intangível		30.777	(16.869)	13.908		30.770	(16.151)	14.619

11.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido		Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Reclassificação	Valor líquido
		31/12/2017	Ingressos				
Intangível em serviço							
Software		351			(34)		317
Servidão permanente		62			(8)		54
Direito de concessão - Licenças ambientais		4.118			(514)		3.604
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	11.2.1	9.717			(162)		9.555
Total do intangível em serviço		14.248	-	-	(718)	-	13.530
Intangível em curso							
Software		371	7				378
Total do Intangível em curso		371	7	-	-	-	378
Total do Intangível		14.619	7	-	(718)	-	13.908

11.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

12 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em AGO, realizada em 18 de abril de 2018, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Foram distribuídos: (i) JSCP no valor de R\$45.000, sendo R\$35.019 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" e R\$9.981 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C", já contabilizados no exercício de 2017 conforme RCA de 21 de dezembro de 2017; e (ii) dividendos adicionais no valor de R\$10.403, sendo R\$7.959 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$2.444 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 13.2). Os respectivos dividendos e JSCP serão pagos aos acionistas, sem ajuste, no decorrer do exercício de 2018.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no período:

Passivo	Dividendos		
	31/12/2017	Adicionais	31/03/2018
Lajeado Energia	21.729	5.810	27.539
CEB Lajeado	5.953	1.592	7.545
Paulista Lajeado Energia	2.084	557	2.641
Acionistas não controladores (*)	2.775		2.775
	32.541	7.959	40.500

(*) O saldo de dividendos aos Acionistas não controladores refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Nota	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/03/2018			31/12/2017				
									Encargos		Principal		Encargos		Principal	
									Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ações recebíveis cumulativas	13.1.1					Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"		Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	12.150	39.911	45.966	98.027	8.488	40.251	45.018	93.757
Banco Itaú - Cédula de Crédito Bancário		40.000	23/02/2018	40.000	23/02/2018 a 23/08/2018	Capital de Giro	CDI + 1,20%	Principal e Juros em seis parcelas mensais, sem carência		33.333	33.333	33.333				
(-) Custo de transação				(324)	23/02/2018 a 23/08/2018			Amortização mensal do custo de transação		(180)	(180)	(180)				
Total									12.150	39.911	33.153	131.180	8.488	40.251	45.018	93.757

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

13.1.1 Ações recebíveis cumulativas

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de março de 2018 de R\$98.027 (R\$93.757 em 31 de dezembro de 2017) contempla o montante original e os juros até 2033 (término de 2017) contempla o montante original e os juros descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em		Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Amortização do custo de transação	Valor líquido em
	31/12/2017	Ingressos						
Circulante								
Principal	-	40.000	(6.667)					33.333
Juros	8.488		(243)	2.724	1.181			12.150
Custo de Transação	-	(324)					144	(180)
	<u>8.488</u>	<u>39.676</u>	<u>(6.910)</u>	<u>2.724</u>	<u>1.181</u>	<u>-</u>	<u>144</u>	<u>45.303</u>
Não circulante								
Principal	45.018					948		45.966
Juros	40.251				(1.181)	841		39.911
	<u>85.269</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.181)</u>	<u>1.789</u>	<u>-</u>	<u>85.877</u>

Dos juros provisionados de R\$2.724, R\$2.444 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela AGO de 18 de abril de 2018 (Nota 12). Os montantes foram registrados em contrapartida a débito no Resultado Financeiro (Nota 18).

13.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2018	44.122
2019	1.181
	<u>45.303</u>
Não circulante	
2019	1.180
2020	4.342
2021	3.995
2022	3.675
2023 até 2027	14.406
2028 até 2032	58.279
	<u>85.877</u>
Total	<u>131.180</u>

14 Provisões e Depósitos vinculados

	Nota	Passivo				Ativo	
		Provisões				Depósitos vinculados	
		Circulante		Não circulante		Não circulante	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1			11.841	14.230	948	713
Licenças ambientais	14.2	6.095	6.063	2.281	2.742		
Total		<u>6.095</u>	<u>6.063</u>	<u>14.122</u>	<u>16.972</u>	<u>948</u>	<u>713</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

14.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

14.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo	
	Saldo em 31/12/2017	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/03/2018	Depósito judicial	
				31/03/2018	31/12/2017	
Trabalhistas	125		4	129	774	573
Cíveis	9.831		381	10.212		
Fiscais	2.774	(1.805)	(969)	-		
Outros	1.500			1.500		
Total	<u>14.230</u>	<u>(1.805)</u>	<u>(584)</u>	<u>11.841</u>	<u>774</u>	<u>573</u>
Não circulante	14.230			11.841	774	573
Total	<u>14.230</u>			<u>11.841</u>	<u>774</u>	<u>573</u>

14.1.1.1 Cíveis Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de março de 2018 é de R\$3.595 (R\$3.455 em 31 de dezembro de 2017).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de março de 2018 é de R\$6.617 (R\$6.376 em 31 de dezembro de 2017). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de março 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$16.387 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 10.2).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



14.1.1.2 Fiscais

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo provisionado de R\$2.774 referia-se a discussões na esfera administrativa acerca da cobrança de multas por suposta ausência de escrituração de notas fiscais, relativo ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2016. Em fevereiro de 2018 a Companhia aderiu ao REFIS do Estado do Tocantins instituído pela Lei nº 3.346/18, na modalidade de pagamento à vista, com aplicação dos benefícios previstos na lei, não havendo mais saldo provisionado em 31 de março de 2018.

14.1.1.3 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

14.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Trabalhistas			49	26
Cíveis	86.313	98.889		
Fiscais	3.216	7.506		
Total	89.529	106.395	49	26

14.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 14.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de março de 2018 de R\$85.641 (R\$98.241 em 31 de dezembro de 2017). A variação no período é decorrente, principalmente, do encerramento com êxito de processo no montante de R\$16.338, após realizado acordo entre as partes em 19 de março de 2018.

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 14.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de março de 2018 de R\$60 (R\$58 em 31 de dezembro de 2017).

Resolução CNPE nº 03/13

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de março de 2018 é de R\$442 (R\$426 em 31 de dezembro de 2017).

14.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de março de 2018 é de R\$125 (R\$114 em 31 de dezembro de 2017).

14.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o período foram de R\$918 (R\$1.090 em 2017). Deste montante, R\$800 (R\$985 em 2017) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$118 (R\$105 em 2017) são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do período na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2017		Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/03/2018
	Circulante	Constituição					
Circulante	6.063	151	(800)	89	560	32	6.095
Não circulante	2.742			41	(560)		2.281
Total	8.805	151	(800)	130	-	90	8.376

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$961.794. Para fins das informações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 13). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 31 de março de 2018 face a 31 de dezembro de 2017. Segue a composição do Capital social:

	31/03/2018 e 31/12/2017											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
Acionistas												
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Fumas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	<u>402.202</u>	<u>100,00</u>	<u>255.560</u>	<u>100,00</u>	<u>16.289</u>	<u>100,00</u>	<u>5.156</u>	<u>100,00</u>	<u>107.199</u>	<u>100,00</u>	<u>786.406</u>	<u>100,00</u>

15.2 Reservas

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações		14.473	14.473
		<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Reservas de lucros			
Legal		47.030	47.030
Retenção de lucros	15.2.1	2.444	
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)		12.918	12.918
Dividendo adicional proposto	15.2.2		10.403
		<u>62.392</u>	<u>70.351</u>
Total		<u>76.865</u>	<u>84.824</u>

15.2.1 Retenção de lucros

A constituição no montante de R\$2.444 é decorrente do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito na nota 13.2.

15.2.2 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$10.403, R\$7.959 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 12) e R\$2.444 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C" (Nota 13.2). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 18 de abril de 2018.

16 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As características e critérios de mensuração das receitas da Companhia estão apresentadas abaixo:

(i) Suprimento - Faturado: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (a) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e b) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

(ii) Energia de curto prazo: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

(iii) Arrendamentos e aluguéis: A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	MWh (*)		R\$	
	2018	2017	2018	2017
Suprimento de energia elétrica	8.366	8.297	1.534	1.477
Energia de curto prazo	2.231	2.185	458	328
Arrendamentos e aluguéis	6		38.047	46.859
Outras receitas operacionais			165	160
Receita operacional bruta	10.597	10.482	40.204	48.824
(-) Deduções à receita operacional				
PIS/COFINS			(3.719)	(4.516)
P&D			(17)	(16)
Outros encargos			(63)	(52)
			(80)	(68)
Receitas	10.597	10.482	36.405	44.240

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

17 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março					
	Custo do serviço			Despesas operacionais		Total
	Com energia elétrica	De operação	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Outras	Total	
Energia elétrica comprada para revenda	(18)				(18)	52
Encargos de uso da rede elétrica	406				406	402
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	17.1	2.148	1.341		3.489	3.029
Material		133	29		162	253
Serviços de terceiros	17.2	1.196	1.247		2.443	2.356
Depreciação		11.149	315		11.464	11.366
Amortização		685	33		718	706
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1.1			(1.805)	(1.805)	-
Aluguéis e arrendamentos		(1)	73		72	97
Outras		1	294		1.797	485
Total		389	16.812	3.332	(1.805)	18.728
						18.746

17.1 Pessoal e Administradores

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2018	2017
Pessoal		
Remuneração	1.948	1.534
Encargos	548	542
Previdência privada - Corrente	15	13
Benefício pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	50	54
Despesas rescisórias	38	36
Participação no Lucros e Resultados - PLR	249	246
Outros benefícios - Corrente	382	352
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	8	10
	3.238	2.787
Administradores		
Honorários e encargos	250	241
Benefícios dos administradores	1	1
	251	242
	3.489	3.029

17.2 Serviços de terceiros

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2018	2017
Serviços de consultoria	450	327
Serviços de manutenção	436	386
Serviços de limpeza e vigilância	373	334
Serviços ambientais	118	105
Serviços de informática	192	602
Serviços condominiais	438	16
Serviços de publicação e publicidade	168	326
Outros	268	260
	2.443	2.356

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**18 Resultado financeiro**

Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2018	2017 Reapresentado
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras e cauções	333	1.119
Energia vendida	14	6
Depósitos judiciais e provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	819	
Juros e multa sobre tributos	7 126	111
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(58)
Outras receitas financeiras	9	14
	<u>1.252</u>	<u>1.192</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	13.2 (2.868)	(14.721)
Ajustes a valor presente	13.2 (1.789)	(1.739)
Juros e variações monetárias		
Juros e multa sobre tributos		(1.274)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		(380)
Uso do bem público	(979)	(531)
Benefícios pós-emprego	(20)	(21)
Outros juros e variações monetárias	(130)	(189)
Ajustes a valor presente	(440)	(618)
Outras despesas financeiras	(85)	(34)
	<u>(6.311)</u>	<u>(19.507)</u>
	<u>(5.059)</u>	<u>(18.315)</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	IRPJ / CSLL	
	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2018	2017 Reapresentado
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	12.618	7.179
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(4.290)	(2.441)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações		(4)
Juros sobre as ações preferenciais	(831)	(5.438)
Outras	(334)	(8)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	96	13
Incentivos fiscais	41	6
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(5.318)</u>	<u>(7.872)</u>
Alíquota Efetiva	42,1%	109,7%

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2018	2017 Reapresentado
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)		(3.310)
Preferenciais Classe "R" (PNR)	2.580	(2.103)
Preferenciais Classe "A" (PNA)	598	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.933	3.933
	<u>7.300</u>	<u>(693)</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)		(0,00823)
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01010	(0,00823)
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,03669	0,03669

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 20.1	Resultado por classe de ações
2017 (Reapresentado)			
Ordinárias (ON)	(355)	(2.955)	(3.310)
Preferenciais Classe "R" (PNR)	(225)	(1.878)	(2.103)
Preferenciais Classe "A" (PNA)	(14)	612	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	(5)	194	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	(94)	4.027	3.933
	<u>(693)</u>	<u>-</u>	<u>(693)</u>
2018			
Ordinárias (ON)	3.734	(3.734)	
Preferenciais Classe "R" (PNR)	2.372	208	2.580
Preferenciais Classe "A" (PNA)	151	447	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	48	141	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	995	2.938	3.933
	<u>7.300</u>	<u>-</u>	<u>7.300</u>

20.1 Direito das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e

(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

(i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

(iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	19.291	22.997	19.291	22.997
			<u>19.291</u>	<u>22.997</u>	<u>19.291</u>	<u>22.997</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento			185	593	185	593
Concessionárias			1.683	1.303	1.683	1.303
Rendas a receber	6		12.682	15.620	12.682	15.620
Outros créditos - Partes relacionadas	9			4		4
			<u>14.550</u>	<u>17.520</u>	<u>14.550</u>	<u>17.520</u>
			<u>33.841</u>	<u>40.517</u>	<u>33.841</u>	<u>40.517</u>
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores			2.556	2.846	2.556	2.846
Uso do bem público			40.189	38.490	47.743	47.597
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13					
Moeda nacional			131.416	93.757	131.180	93.757
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9		1.809	862	1.809	862
			<u>175.970</u>	<u>135.955</u>	<u>183.288</u>	<u>145.062</u>

21.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

21.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

21.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da empresa.

O Comitê de Risco é composto por 3 "Risk Officers" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

O Comitê de Risco realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades da Gestão de Risco. Além disso, no sentido de potencializar sinergias de governança entre a função de Gestão de Risco, Auditoria Interna e *Compliance*, estas funções se encontram reunidas debaixo de uma mesma diretoria.

21.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 13, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	983	983	246	492	(246)	(492)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	983	983	246	492	(246)	(492)
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(856)	(856)	(179)	(354)	182	369
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(856)	(856)	(179)	(354)	182	369
		127	127	67	138	(64)	(123)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo estável em 6,64% a.a.

21.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados pela Companhia são apresentados na nota 13.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características da captação efetivada.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia, em 31 de março de 2018, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de março 2018, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/03/2018					31/12/2017	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores		1.974	322	260	1.809	2.556	2.846
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					1.809	1.809	862
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11.212	1.181	32.910	15.660	70.217	131.180	93.757
Uso do bem público	391	777	3.420	19.710	23.445	47.743	47.597
	13.577	2.280	36.590	37.179	93.662	183.288	145.062

21.2.2.1 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de março de 2018 foi negativo em R\$59.657 (R\$68.504 negativo em 31 de dezembro de 2017). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, às obrigações relacionadas a empréstimos e financiamentos, as quais poderão ser pagas com o fluxo de caixa gerado pela operação.

21.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

21.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada, principalmente, às rubricas de Concessionárias, Rendas a receber e Caixa e equivalentes de caixa.

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contrato de energia no ACR.

• Rendas a receber

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



• Caixa e Equivalentes de caixa

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às rubricas de Caixa e Equivalentes de caixa. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

21.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ATR etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

22 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

22.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	2018					Saldo em 31/03/2018
	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/03/2018	
			Ajuste a valor presente	Adições/baixas		
Empréstimos e financiamentos	93.757	32.766	1.789	2.868	131.180	
	93.757	32.766	1.789	2.868	131.180	

Nota	2017					Saldo em 31/03/2017
	Saldo em 31/12/2016	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/03/2017	
			Ajuste a valor presente	Adições/baixas		
Empréstimos e financiamentos	94.942	-	1.739	14.721	111.402	
	94.942	-	1.739	14.721	111.402	

22.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2018	2017
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	7.959	-
Provisão para custos com licença ambiental no intangível	151	45
Total	8.110	45

23 Compromissos contratuais e Garantias

23.1 Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2018 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/03/2018				31/12/2017	
	Abril/2018 a Março/2019	Abril/2019 a Março/2021	Abril/2021 a Março/2023	A partir de 2024	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	515	-	-	-	515	204
Obrigações de compra	-	-	-	-	-	-
Materiais e serviços	18.809	11.067	1.904	186	31.966	39.469
Prêmio de risco - GSF	-	-	-	297	297	297
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	856	-	-	-	856	-
	20.180	11.067	1.904	483	33.634	39.970

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de março de 2018, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	31/03/2018				31/12/2017	
	Abril/2018 a Março/2019	Abril/2019 a Março/2021	Abril/2021 a Março/2023	A partir de 2024	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	410				410	161
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	14.887	9.379	1.720	191	26.177	31.912
Prêmio de risco - GSF				872	872	872
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	575				575	
	<u>15.872</u>	<u>9.379</u>	<u>1.720</u>	<u>1.063</u>	<u>28.034</u>	<u>32.945</u>

23.2**Garantias**

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/03/2018	31/12/2017
Seguro de vida	Aval de acionista	9.328	9.385
Ações judiciais	(i) Fiança Bancária e (ii) Seguro garantia	7.743	7.743
		<u>17.071</u>	<u>17.128</u>

24**Eventos subsequentes****24.1****Assembleia Geral Ordinária - AGO**

Foi aprovada em AGO, realizada em 18 de abril de 2018, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Foram distribuídos: (i) constituição de Reserva Legal no valor de R\$2.390; (ii) JSCP no valor de R\$45.000, sendo R\$35.019 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" e R\$9.981 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C", já contabilizados no exercício de 2017 conforme RCA de 21 de dezembro de 2017; e (iii) dividendos adicionais no valor de R\$10.403, sendo R\$7.959 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$2.444 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 13.2). Os respectivos dividendos e JSCP serão pagos aos acionistas, sem ajuste, no decorrer do exercício de 2018.

Adicionalmente a destinação do lucro líquido, também foram deliberados:

- (i) Aprovação da remuneração global anual da Diretoria no montante de até R\$915, do Conselho de Administração de até R\$76 para distribuição entre os membros de cada órgão, na forma a ser determinada pelo Conselho da Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia; e
- (ii) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para um novo mandato de um ano.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Hamilton Carlos Naves
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente, de Relações com
Investidores e Administrativo

João Marcos Assis da Silva
Diretor Vice-Presidente

Pedro Akos Litsek
Diretor Vice-Presidente

José Cherem Pinto
Diretor Vice-Presidente de Controle

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Júnior
Diretor de Relações Institucionais e de
Comunicação

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro

**João António de Sousa Araújo Ribeiro da
Costa**
Conselheiro

Paulo Afonso Teixeira Machado
Conselheiro

Ademir José Scarpin
Conselheiro

CONTABILIDADE

André Luis Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de
Ativos

Renan Silva Sobral
Gestor de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Investco S.A.

Miracema - TO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 22 de fevereiro de 2018 sem modificação e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2017, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 3, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 08 de maio de 2018, sem qualquer modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Rosane Palharim

Contadora CRC 1SP220280/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 08 de maio de 2018 às 10:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 31 de março de 2018, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 08 de maio de 2018.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR

Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÓNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA

Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM

Conselheiro Efetivo

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN

Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que, em 02 de maio de 2018, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de março de 2018.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PEDRO AKOS LITSEK

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

VITOR HUGO ALEXANDRINO DA SILVA

Diretor Financeiro

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 2 de maio de 2018, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2018, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PEDRO AKOS LITSEK

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

VITOR HUGO ALEXANDRINO DA SILVA

Diretor Financeiro

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle